PRONUNCIAMENTOS DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2026, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 9ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 20ª Legislatura, hoje, dia 11 de março de 2026.

Votação da Ata. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário, Orlando Palhinha.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **LEITURA DO EXPEDIENTE.**

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Boa tarde, Sr. presidente, boa tarde a todas e todos. Encontra-se sobre a Mesa, nesta tarde, Ofício nº 16, assinado pelo secretário Carlos Felipe de Souza Leão, pela Segov.

Encerrado o Expediente, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Orlando Palhinha.

Inscrição para Registro. Estão aqui e constam inscritos: vereador Orlando Palhinha, vereador Téo Senna, vereador Jorge Araújo, vereador Omar Gordilho, vereadora Aladilce Souza, vereadora Marta, vereador Randerson, vereadora Eliete, vereador prof. Hamilton e vereador Sílvio Humberto.

Concluídas as inscrições para Registro. Convido a fazer uso da Tribuna o vereador Orlando Palhinha.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **REGISTRO.**

Boa tarde a todas e todos. Quero saudar o público, os vereadores e as vereadoras, agradecendo ao nosso bom Deus por mais um dia de nossas vidas.

Sr. presidente, querido amigo Ricardo Almeida, que preside a sessão nesta tarde, quero dizer que a luta continua, meu vereador, presidente em exercício, minha vereadora Aladilce. A luta continua e eu a quero agradecer, Aladilce, pela mensagem que me mandou ontem, no final da noite, me parabenizando pela minha fala aqui, nesta Tribuna, com relação à contaminação da praia de São Tomé de Paripe.

Os barraqueiros, marisqueiros e pescadores estão passando necessidade, já vai completar 30 dias e não se chegou a um denominador com relação à poluição da praia de São Tomé. É importante que — e disse aqui, na segunda-feira, — enquanto não tem um laudo conclusivo do Inema, que pare o porto da Gerdau, que pare os portões da empresa que transporta os minérios ou sei lá o quê, porque pescadores, marisqueiros, banhistas — e eu me incluo também, porque de vez em quando vou à praia de São Tomé, à praia de Inema, a praia está contaminada. Precisa ser sinalizado, porque daqui a pouco mais vidas serão ceifadas.

Então, a luta continua. Amanhã, à tarde, eu fui convidado por uma comissão de vereadores para estar lá, às 14h, em São

Tomé de Paripe. Vou estar, sim, e quero dizer: a luta continua em favor da população.

Sr. presidente, Sras. vereadoras, eu quero parabenizar o secretário Júnior Magalhães, da Sempre, que tem feito um excelente trabalho à frente da pasta e, hoje, nada mais justo, é a passagem do seu aniversário. Um homem que tem origem humilde, que conhece o que é a pobreza e que tem feito um grande trabalho. Parabéns, secretário Júnior Magalhães.

Terceiro, Sr. presidente, eu quero parabenizar mais uma vez aqui a vereadora Aladilce Souza. Tomei conhecimento pela imprensa, vereadora, que V.Exa. vai encabeçar a chapa como suplente de senadora. Fico muito feliz, porque vejo que a Câmara de Vereadores, depois de Geraldo Júnior, que saiu desta Casa, um vereador, presidente da Casa, a Câmara de Vereadores está sendo prestigiada. Desejo boa sorte à V.Exa.

Também parabenizar o companheiro Felipe Santana, a Câmara de Vereadores, mais uma vez, sendo prestigiada. Tomei conhecimento através do *site*, ontem, Política Livre, de que Felipe Santana, meu amigo, vereador de primeiro mandato, advogado, mestre em Direito, capacitado, foi chamado para ser vice-governador na chapa de Jerônimo. Desejo boa sorte, em nome da Câmara de Vereadores, e que esta Casa continue trazendo bons frutos para Salvador e para a Bahia. Parabéns, Felipe, e que Deus lhe abençoe.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Para Registro, convido o vereador Téo Senna. Vereador Téo Senna, inscrição para Registro.

DISCURSO PROFERIDO **PELO SENHOR VEREADOR TÉO SENNA (PSDB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **REGISTRO.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, usando este tempo, ouvindo ontem o vereador Claudio Tinoco, quando falava do antigo Centro de Convenções do Stiep, construído em 1979, a gente começou a viabilizar toda a história.

Em maio de 2015, foi interditado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, a Sucom, após a constatação da falta do projeto de equipamento de incêndio e pânico. Em 25 de agosto de 2015, o governo do estado divulgou a Metro Engenharia e Consultoria como empresa que teria seis meses para executar as obras de reforma contratada, com investimento de R$ 5,5 milhões. Interessante toda essa história. Outra licitação foi feita nessa etapa, gastando R$ 9 milhões e, logo em seguida, R$ 15 milhões para fazer essa reforma, que duraria seis meses. A reforma é de 25 de agosto de 2015. A Secretaria Estadual de Turismo, na época, era do nosso Pelegrino.

Em 23 de outubro de 2016, desabamento do antigo Centro de Convenções. Aconteceu, mesmo gastando R$ 15 milhões, veio com esse investimento do governo do estado, veio acontecendo, mesmo com essa reforma, veio o desabamento do antigo Centro de Convenções.

Vemos aqui, em 2017, que nós fizemos com a comunidade, dando um abraço em torno do Centro de Convenções, com envolvimento daquela comunidade, preocupada com o desabamento do Centro de Convenções, porque a vida daquela comunidade foi envolvida e cresceu, justamente, com o crescimento do Centro de Convenções, tornando aquele centro comercial, fazendo diversos prédios. Isso em 2019, com toda aquela comunidade, mesmo com total abandono por parte do governo Rui Costa.

Em 2021, o processo da venda foi autorizado pela Assembleia Legislativa, através da Lei nº 14.386/2021. Em 2024, cancelamento da penhora do equipamento. O prédio passou a não servir mais como garantia para o pagamento da dívida avaliada, de R$ 50 milhões, que o governo do estado tem com 160 ex-funcionários da extinta Empresa de Turismo da Bahia, a Bahiatursa.

Em 2024, moradores denunciam clima de terror no local. Começou a ter assalto, roubo, a marginalidade invadiu o Centro de Convenções e abandonou toda aquela área, roubando e

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

fazendo-a abandonada. Deixou, sim, toda essa área abandonada e hoje vai para a penhora.

Para nossa surpresa, 12 leiloeiros entraram com pedido de impugnação administrativa, protocolada junto à Secretaria de Administração do Estado da Bahia, questionando juridicamente o edital do leilão em 2026, que prevê a realização do leilão.

Então é uma situação muito crítica isso, quando se coloca sem tempo de prazo, sem audiência pública, sem discussão, acabando com o Centro de Convenções, dando prejuízo para o estado da Bahia, pela falta de atividade.

E mais importante: o entrave técnico e jurídico. O PDDU e a Louos, em Salvador, classificam o local rigorosamente como a Zona de Uso Especial 12, como habitação, inclusive para a Centro de Convenções da Bahia. Aquela área não pode se tornar de prédios, como quer o governo do estado.

É uma situação muito crítica. Eu espero que a gente possa realmente discutir e debater uma venda que é tão importante para a Cidade do Salvador, para o estado da Bahia, para o que é o Centro de Convenções que era, com a arrecadação de recursos, as festas, os encontros, as formaturas, toda aquela frente que foi do governo do estado. Esse é o modelo do governo do PT, que é abandonar o Centro de Convenções. O terreno está aí para ser leiloado, porque as pessoas não querem.

Obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereador Téo Senna, grande representante do Stiep e adjacências.

Quero convidar, para fazer uso da palavra, pelo tempo de até três minutos, vereador Jorge Araújo. Vereador Jorge Araújo?

Convido a fazer uso da palavra, pelo tempo de até três minutos, a vereadora Aladilce Souza.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **REGISTRO**.

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, no dia de hoje não tem assunto mais importante do que a gente trazer a este Plenário a questão relativa ao projeto de lei que altera, que reajusta o salário dos servidores públicos.

(*Aplausos na Galeria.)*

Eu quero fazer uma saudação aqui à Galeria, que tem presença da representação dos servidores. Quero fazer uma saudação especial a Bruno, a Marcelo e a Alemão, demitidos sumariamente, de maneira injusta, que gente espera que seja revertido, porque fato igual a esse nós só vimos na época da

Ditadura Militar. O prefeito Bruno Reis está fazendo pior do que a gente esperava.

Ano passado nós tivemos aqui conflito nesta Casa, o ano passado nós tivemos uma greve que durou dois meses, mais de dois meses. Por quê? Por falta de diálogo, por falta de uma conversa, de uma conversa negociada entre servidores e Executivo.

O Executivo jogou no colo da Câmara, todo mundo lembra, aquele projeto de lei que depois que foi desconstruído. A gente esperava que o prefeito tivesse aprendido com aquela experiência nefasta, nós esperávamos isso. Inclusive, ficou aqui a indicação desta Casa, do presidente, e de diversos vereadores, tanto da bancada do prefeito como da oposição, que fosse instituída uma mesa permanente de negociação.

O prefeito tampou os ouvidos, mesmo perdendo 30% na sua representatividade, porque foi muito desgaste por conta dessa greve. Foi por conta dessa greve e porque ele cortou muitas árvores na cidade. O prefeito leiloeiro, o prefeito ditador, foi julgado e está sendo desaprovado pela população.

Nós esperávamos que este ano não se repetisse, mas ele está fazendo pior. Antes mesmo que os professores saíssem do recesso, sem nenhuma discussão com o Sindseps, sem nenhuma reunião, manda para a Casa, de maneira intempestiva, um projeto de lei. Vereadora Marta, V.Exa. que acompanha há muito

tempo os projetos de reajuste de servidores e sabe que não se faz isso. Não é possível, num período que a gente tenta construir democracia, que nós precisamos conversar...

Essa é uma pauta, e eu costumo dizer — com sua tolerância, Sr. presidente — que é a política mais importante, é uma das mais importantes do município. Trata-se da vida do servidor, e é o servidor e a servidora que fazem com que esta cidade funcione.

Então tem que ter um cuidado especial. Não é favor nenhum, é pela responsabilidade, pelo cumprimento dos preceitos democráticos, que tem que conversar, e pela importância da matéria.

Então eu quero dizer aqui que nós lamentamos que esse projeto esteja na Casa com a perspectiva de votação hoje — porque está na pauta, na Ordem do Dia. Eu quero pedir, Sr. presidente, que a Câmara retire, que a gente não vote esse projeto hoje, que o prefeito tenha coragem de abrir discussão com os servidores e servidoras, através das suas entidades. Isso não tira pedaço de ninguém, pelo contrário.

Fica aqui a minha indignação, meu protesto. É preciso diálogo, é preciso conversa.

Muito obrigada, Sr. presidente. A gente esperava diferente, líder do governo, a gente esperava diferente do seu prefeito.

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Questão de Ordem, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Questão de Ordem concedida ao vereador Kiki Bispo, líder do governo.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente a minha Questão de Ordem é no sentido de requerer a V.Exa., a este Plenário, a retirada da fala da vereadora Aladilce Souza que se referiu ao prefeito, chamando o prefeito de "prefeito ditador".

Nós não estamos em Cuba, nós não estamos no Irã, nós não estamos em nenhuma ditadura mundo afora da qual alguns partidos políticos são signatários, Sr. presidente. Nós estamos em Salvador, a melhor capital do mundo, onde o prefeito desta cidade foi reeleito com a maioria esmagadora dos votos, Sr. presidente.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 9ª SESSÃO

ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Kiki Bispo.

Assim como fazemos quando adjetivam o governador do estado com algum termo que o coloque numa condição diferente daquilo que a gente acredita que deve ser o tratamento respeitoso, nós faremos o mesmo com o prefeito desta cidade, pedindo para que as notas taquigráficas excluam da Ata o termo ditador.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Questão de Ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Com a palavra, para uma Questão de Ordem, a vereadora Aladilce Souza.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Eu vou sugerir então que substitua ditador por autoritário. Pronto.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Vereadora, Aladilce Souza, eu sei que a senhora, combativa vereadora que é...

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Questão de Ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Vocês vão ficar aqui na Questão de Ordem, eu vou administrar aqui, sem problema nenhum.

Questão de Ordem, vereador Kiki Bispo.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, a minha Questão de Ordem vai no sentido de mais uma vez requerer, até porque é sinônimo. Não sei se a vereadora entende o significado das palavras, mas são sinônimos. Portanto, vai na mesma linha da primeira e por isso peço a retirada da fala, Sr. presidente.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Não são, não. Aurélio neles!

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): A vereadora vai querer outra Questão de Ordem? Porque eu já elimino tudo de uma vez só.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Eu vou pedir que a gente abra aí o Aurélio, por favor. Ainda existe Aurélio?

Não é sinônimo, não. Ditador é uma palavra mais contaminada. Autoritarismo é alguém que não conversa, que não escuta e tem uma postura de autoridade, uma autoridade parcial. Então não é sinônimo, não é sinônimo.

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Questão de Ordem, presidente, para finalizar.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 9ª SESSÃO

ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Colocando o fim na celeuma, vereador Kiki Bispo, solicito que todo adjetivo que vise comprometer a imagem, seja do prefeito, do governador ou de qualquer autoridade desta cidade, que não coadune com o seu comportamento, seja retirado da Ata, inclusive o termo autoritário.

Agradecendo à vereadora pelos esclarecimentos.

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Só para finalizar, Sr. presidente, fiquei mais tranquilo depois da aula da vereadora que me antecedeu, porque ela não estava falando do prefeito Bruno Reis. Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereador Kiki Bispo.

Com a palavra, a vereadora Marta Rodrigues, pelo tempo de até três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **REGISTRO**.

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadoras e vereadores, a quem também nos acompanha pelas nossas redes sociais. Saudar também a Galeria, que está repleta aqui com este sindicato importante, esta associação, a Astram, que tomou posse este ano e tem um legado muito importante para nos ensinar. E os servidores, demais, que estão aqui e os que estão na chegada também, para trazer para a gente aqui, como nós ouvimos ontem.

E aí quero dialogar aqui também com o líder, pedir a ele para a gente se acalmar e buscar o diálogo. A ausência de diálogo por parte da Prefeitura com as diversas categorias, com as entidades sindicais, tem sido muito desrespeitoso, violento. Por que violento? Porque a data-base da categoria é o mês de maio. Por que essa antecipação, sem dialogar com as entidades representativas? E ainda tem uma categoria que é retroativo ao mês de janeiro e outras que seguem para o mês de maio, sem discutir com ninguém. Se tivesse o diálogo poderia chegar a esse entendimento.

Então, é um método que é muito ruim. É sobre isso que nós precisamos debater, que o meu voto está fundamentado em relação a esse método, que acaba desconhecendo e desqualificando as entidades sindicais. Nós sabemos da importância de cada uma, de cada um que está à frente de categorias tão importantes. E o prefeito deve saber que quem segura esta Prefeitura são os servidores, que estão lá na ponta

atendendo, buscando viabilizar com a situação difícil que têm, mas têm dado conta porque têm compromisso e têm responsabilidade; mas, do outro lado, não é assim que funciona.

Então, líder Kiki, o que os servidores estão pedindo — e você poderia viabilizar — é a retirada do projeto, para abrir a negociação, o debate, e não estar empurrando desta forma sem ter nenhuma mesa, nenhum diálogo, uma mesa de negociação. Isso é o básico, isso é o que a gente aprendeu e esse filme não pode se repetir, como o outro anterior.

Por isso que é necessário a gente buscar o diálogo, presidente. Eu sei da sua sensibilidade — do presidente que está aqui em exercício — eu sei da sua sensibilidade, do entendimento e o respeito para com as categorias que estão pedindo à gente. Se é no mês de maio tem como você rever, retirar, estabelecer a mesa de diálogo, de negociação e respeitar todas essas categorias de servidores e servidoras já de muito tempo nesta Prefeitura.

O que se apresenta, acaba sendo rejeitado, as nossas emendas. Por isso que é ruim. Eu sei que tem emendas, emendas importantes que dizem respeito a toda essa construção que as diversas representações sindicais vêm fazendo, mas isso acaba não tendo eco nesta Casa.

Então vamos respeitar as servidoras, os servidores, retirar e chamar para a mesa de negociação, porque foi tão danoso,

vereador que é o líder, que chegou um substitutivo na sexta-feira. Chegou o projeto e depois chegou um outro, alterando os anexos.

Então nem entre a Prefeitura tem um entendimento, estão batendo a cabeça. Imagine os servidores, que não estão sendo ouvidos?

Muito obrigada, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereadora Marta Rodrigues.

Convido a fazer uso da palavra o vereador líder da oposição, vereador Randerson Leal, pelo tempo de até três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 - **REGISTRO**.

Boa tarde, Sr. presidente, boa tarde, colegas vereadores, vereadoras, imprensa, sociedade civil, aqui representantes das categorias do Serviço Público Municipal.

Sr. presidente, subo a esta Tribuna mais uma vez para pedir atenção à forma como a Prefeitura Municipal de Salvador tem tratado os servidores públicos. Essa metodologia utilizada, colocando aqui projetos sem ao menos dialogar, sem ao menos conversar com as categorias que vão ser diretamente atingidas.

Nós vamos apreciar agora o Projeto de Lei nº 27/2026, que trata sobre o reajuste dos servidores públicos municipais, em conjunto com a APLB, os professores. E pasmem, Sr. presidente: nem os professores estão em atividade, ainda estão de férias, não foram sequer convocados, convidados, chamados pela Prefeitura Municipal para dialogar e para saber se esse aumento — 5,4% da APLB e 4,26% dos servidores públicos municipais — é o que eles querem, é o que eles acham que têm direito.

Então, mais uma vez venho aqui lamentar a forma como a Prefeitura tem tratado projetos importantes aqui na Câmara Municipal, sem ter diálogo com os segmentos, sem ter diálogo com a sociedade civil. Nós não podemos mais permitir que a Prefeitura faça dessa maneira. Por quê? A caixa de ressonância é a Câmara Municipal. As pessoas podem entender que a Câmara Municipal não está dialogando com a comunidade. Não é isso, minha gente! Não é isso, sindicatos! Não é isso, sociedade civil!

Infelizmente, nós estamos aqui sendo tratados como trator. Está sendo passado um trator aqui nas votações importantes na Câmara Municipal. Mas nós estamos aqui, são dez vereadores de oposição, todos unidos. Todos vamos votar contra o projeto, porque a gente acha que não deve ser dessa maneira. A gente tem certeza que, se não tiver diálogo, se não tiver conversa, pode dar o

aumento que for, porque as pessoas não estão sendo bem representadas.

As pessoas, Sr. presidente, têm que ter o mínimo de consideração do município, porque são elas que fazem o serviço público funcionar, são elas que estão lá, independente de prefeito, independente de vereador, são os servidores públicos municipais que trabalham todos os dias para dar o seu melhor para a sociedade.

Por isso, deixo aqui a nossa indignação, deixo aqui essa reflexão: que a gente não permita que os projetos caiam aqui como um produto qualquer, sem ter ao menos conversado com a sociedade, sem ter ao menos conversado com o segmento.

Então, fica aqui, e a orientação da nossa bancada é votar os dez contra o Projeto de Lei nº 27/2026, justamente porque não teve diálogo, não teve conversa. Essa metodologia tem de ser expurgada de uma vez por todas daqui da Câmara Municipal.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereador Randerson Leal.

Para dar continuidade aos pronunciamentos desta tarde, na sessão de Registros, convido a vereadora Eliete Paraguassu para fazer uso da palavra, pelo tempo de até três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **REGISTRO**.

Uma boa tarde à Mesa, uma boa tarde à Galeria.

Quero aqui saudar os servidores e dizer que a nossa posição sobre esse projeto que não discute com os servidores é que precisa sair da pauta. Ano passado a gente enfrentou momentos muito difíceis, momentos de violência, exatamente por conta dessa forma, sem respeitar os servidores, sem passar por um processo de diálogo.

Então, nesse sentido, é importante que o nosso prefeito repense essa posição, impondo aos servidores sem nenhum diálogo, sem nenhum respeito a essa categoria. Então, a bancada de oposição pede que retire da pauta esse projeto que, de fato, ameaça a vida daqueles que fazem com que esta cidade se movimente.

Outra coisa que eu queria aqui é parabenizar a comunidade de São Tomé de Paripe, parabenizar porque a gente conseguiu interditar a Intermarítima agora, neste dia de hoje. Por que teve a interdição da empresa? Porque há um crime, há uma exposição de contaminante nos corpos das pessoas, tem um processo de adoecimento ao longo dos anos por conta da empresa

que atua em um território tradicional de comunidade pesqueira, que se alimenta a partir da relação com a natureza. A gente aqui, nesta Casa, precisa se manifestar em relação à ação de emergência para aquele território.

Queria aqui também dizer que, logo na semana que a gente foi convidada a se juntar com a comunidade e fazer a denúncia, estive na secretaria do nosso secretário Júnior Magalhães, entendendo a necessidade da Sempre, Secretaria de Combate à Pobreza, Esporte e Lazer, que resolvesse a situação daquela comunidade. Assim a gente está trabalhando: desde ontem a comunidade está fazendo um cadastramento.

Só que não é só isso, a gente também tem feito uma roda de diálogo com a secretaria da Presidência, do nosso presidente Lula, que está tendo uma mesa de negociação para entender como se dá a situação daquele território que tem mais de 17 mil habitantes.

Penso que esta Casa, Sr. presidente, e aí chamando também o nosso presidente Carlos Muniz e também chamando o prefeito...

Gente, eu estou aqui e vocês estão atrapalhando a minha fala aqui, no Púlpito. Então, é melhor falar um pouco baixo.

Nesse sentido, eu queria dizer ao nosso presidente Carlos Muniz que a Câmara Municipal pense em construir um projeto de auxílio emergencial e que a Prefeitura Municipal se debruce em

uma tentativa de melhorar as condições de vida daquela população. Sobretudo o nosso prefeito Bruno Reis, que fala que ele é eleito pela Suburbana, que a Suburbana tem um carinho por ele, e, no momento de exposição química daquela comunidade, que está passando dificuldade financeira, que está passando por uma crise de emergência, de exposição à contaminação, nem o prefeito e nem sua equipe esteve até àquele lugar para acalentar aquela comunidade que está no desespero.

Então para a gente é muito importante que o prefeito Bruno Reis se posicione com a situação de São Tomé de Paripe. Está grave e tanto a Câmara quanto a Prefeitura têm responsabilidade de a gente tentar sanar uma situação grave que está aquela. O governo federal está montando uma equipe com o Ministério da Pesca para a gente conseguir resolver a vida dos pescadores que são cadastrados, mas também a gente precisa resolver a vida daqueles que não têm cadastro. Precisamos resolver a vida das famílias que estão com a situação difícil.

E aí a gente não está só falando dos pescadores, não; a gente está falando dos moradores, dos permissionários das faixas de areia, a gente está falando dos barraqueiros, dos comerciantes e das marisqueiras, que são aqueles que estão mais impactados nesse momento.

Viva nós, viva as águas! Esse é o mandato popular de defesa das pessoas e não dos grandes desenvolvimentos que têm

chegado em nossas comunidades, ameaçando e assassinando a nossa gente.

Axé!

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereadora Eliete Paraguassu. Para uso da palavra, pelo tempo de até três minutos, vereador professor Hamilton Assis.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **REGISTRO.**

Boa tarde a todos e todas presentes no auditório, vereadores, vereadoras, Sr. presidente, o público que nos assiste aí no Plenário da Câmara, na TV Câmara e na Rádio Câmara.

A nossa fala é uma fala ao mesmo tempo de indignação, surpresa e constrangimento, porque é lamentável que a gente tenha que acompanhar o processo de votação de um projeto que vai ser debatido nesta Casa — e, possivelmente, entrar em votação —, que foi construído, no nosso entendimento, de forma arbitrária, completamente sem diálogo com os servidores públicos. Eu estou falando do Projeto nº 27/2026, que está tramitando nesta Casa e que pode ir a voto hoje.

Nós queremos dizer que esse projeto, e a forma como ele está sendo colocado em debate, quebra todas as regras — na minha avaliação — democráticas e republicanas, que a gente vem colocando para o debate, principalmente quando se trata da negociação e do reajuste dos servidores públicos de Salvador.

No ano passado e em anos anteriores, o prefeito abandonou a mesa de negociação e passou, arbitrariamente, os projetos para esta Casa, e assim foi feito. No ano passado, da mesma forma, o que redundou naquele conflito da ocupação da Câmara, com todo o clima que foi construído, que acabou todo mundo constrangido naquele processo. A gente sabia que não era aquilo que nós queríamos.

Esse projeto chega nesta Casa para o debate, passa pelas comissões conjuntas, mas, no mesmo dia em que ele foi debatido na Comissão Conjunta de Constituição e Justiça, no final da tarde — não sei em que hora e em que momento — chega um projeto substitutivo, que a gente nem sequer tem conhecimento e nem sabe se foi emitido parecer também sobre esse substitutivo, a gente nem dá conta do que pode estar embutido nele.

No ano passado, foi a mesma coisa. Na hora de votar o projeto de lei, a Prefeitura apresentou um projeto substitutivo que destruiu o Plano de Carreira dos Servidores da Educação, dos trabalhadores da Educação. Hoje, os trabalhadores da Educação estão se movimentando para fazer esse enfrentamento. Está

prevista, ainda, uma Assembleia para apresentar, para discutir a campanha salarial deste ano, mas, no entanto, os trabalhadores da Educação, principalmente os professores, docentes desta cidade, recebem de forma traiçoeira esse projeto que vai reajustar arbitrariamente o seu salário apenas para recompor o piso salarial nacional dos professores, emitido através de decreto presidencial que está tramitando no Congresso Nacional.

Nós consideramos que esse aumento dado aos professores não é nada mais do que justo, mas o que falta debater aqui é a carreira dos profissionais da Educação e a carreira dos servidores.

Portanto, nós achamos que é necessário que o Prefeito retire esse projeto da Casa, que abra novamente a discussão com os servidores, com os professores, porque essa coisa não vai acabar, porque, com certeza, os professores, quando voltarem de férias, vão fazer a sua assembleia e vão querer discutir a recomposição das suas carreiras, que está para além do reajuste que o prefeito está apresentando.

Portanto, nós sabemos que vai ter luta, os servidores não vão se curvar a uma votação que vai ser feita de forma contrária aos seus interesses, sem ouvir.

E além de tudo, esse projeto, principalmente no que diz respeito à educação, traz alguns programas que não foi ouvida a comunidade escolar, que não foram ouvidos os professores, e que

impõe uma dinâmica de premiação e competição entre as escolas, entre os alunos, que nós consideramos que pode ser um profundo erro.

Nós não podemos premiar aqueles que acertam, nós temos que entender aqueles que não estão dando certo, porque nós não estamos conseguindo avançar. Não é só um problema da escola, esse é um problema de como o Executivo Municipal tem gestado as nossas escolas. Os professores pedem respeito, pedem dignidade, os servidores também, e pedem que esse projeto seja retirado.

Sr. presidente, para finalizar, eu gostaria que o presidente Carlos Muniz pudesse nos ajudar nessa tarefa com o Executivo, de retirar esse projeto de pauta, abrir discussão com os trabalhadores, servidores da educação e do município, para que a gente possa, de fato, ter uma negociação, para que os trabalhadores possam ser ouvidos e terem apresentadas as suas propostas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereador professor Hamilton Assis.

Pelo uso da palavra, pelo tempo de até três minutos, o vereador Sílvio Humberto. eu não entendi V.Exa., mas vou ouvi-lo agora. V.Exa. sempre disposto a ajudar, sempre estendendo sua

mão amiga, grande professor, economista desta cidade, fazendário, nosso querido auditor e professor Sílvio Humberto.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **REGISTRO**.

Muito obrigado, presidente neste momento, vereador Ricardo Almeida, por quem eu tenho muita estima. Foi bom V.Exa. trazer o meu cargo de auditor fiscal. Entrei na Prefeitura em 1985, concursado, então quase 41 anos que devo completar agora, em 21 de abril.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Quase minha idade.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Quase, não é? Mas é justamente por isso, 41 anos, que quero dizer que fiz uma opção, vereadora Aladilce, por receber meu salário como auditor, ao longo desses 13 anos. Ou seja, eu só tenho aumento quando a minha categoria recebe o aumento. E estou junto para dizer um sonoro "não" a essa forma como a Prefeitura tem nos tratado.

Eu vi aqui mais cedo um debate, se era autoritário ou não — não vou entrar nisso, mas eu vou lembrar de algo. Nós somos eleitos pela democracia, consultamos todo mundo,

periodicamente, mas na hora, sempre que alguns têm chance, têm uma postura soberana. E essa postura soberana é você não considerar o outro, decidir sobre o outro e decidir sobre nós, sem nós. E é isso que a Prefeitura está fazendo. Como é que você vai falar sobre valorização do servidor público sem o servidor público?

Principalmente que eu não estou nem falando da nossa parte mais sensível, que é o bolso. Eu estou falando de condições de trabalho, e você não considera que nós pensamos, que nossas categorias podem consultar o Dieese para discutir os números, o valor do aumento.

Você decide de forma, sim, soberana, que é sinônimo de autoritária. Não tem outro nome, não tem outra qualificação, outra adjetivação que não seja dizer, quando você decide de forma soberana, sem consultar o outro. Termina jogando sempre o pepino para o lado de cá.

Assim foi no ano passado. Aqui que tem que fazer a mediação de algo, meus companheiros que estão aqui na Galeria, de forma inusitada. Eu tenho aqui quatro mandatos e nunca vi reajuste chegar antes. O debate diz assim “olha, vai valer a partir de maio”, e sempre tem algo dizendo assim “é retroativo”, porque não se esgotou a mesa de negociação, vai se negociando até o último momento, chega ali e você retorna, Diz assim: tem que ser retroativo, considerando.

Então, foi dado este aumento geral para os servidores, sem fazer nenhuma conversa. E a pergunta que não quer calar: qual é o medo? Qual é o medo de discutir com os servidores? Qual é o receio? Por que não discutir? Será que nós não aprendemos nada com o ocorrido no ano passado? Tratorar não resolve. Acho que conversar é parte do jogo democrático, a democracia dá trabalho, mas é o melhor sistema que nós temos, Sr. presidente. Por que decidir "eu tenho a caneta, decido e vocês obedecem"? Só que não.

Então, do alto de meus 40 anos como servidor público, graças a Deus — e sou duplamente, porque sou servidor aqui no município e sou professor na Universidade Estadual de Feira de Santana, também há pelo menos uns 30 anos —, e o Steve Biko é o meu coração, é onde me alimento todos os dias para estar aqui em pé e defendendo aquilo que nós acreditamos.

Então, eu diria, Sr. presidente, nós perdemos, mais uma vez uma, oportunidade de construir algo a várias mãos, tendo os servidores devidamente satisfeitos, porque o que está sendo posto, o que está sendo colocado não resolve. Por isso nós da oposição vamos votar contrários — e votei mais cedo na comissão conjunta. Não é só uma questão dos números, mas o método é errado, é equivocado, é autoritário e é arbitrário.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereador Sílvio Humberto.

Convido agora para fazer uso da palavra, pelo tempo de até três minutos, o vereador Cezar Leite.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE (PL)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **REGISTRO.**

Boa tarde a todos. Obrigado, Sr. presidente.

Vou falar sobre autoritários. O maior problema hoje que vivemos no Brasil não é apenas a possibilidade de uma crise financeira grande, nem desvio de dinheiro público, tão somente. Tivemos tantos desvios de dinheiros públicos ao longo deste tempo todo, o Petrolão, o Mensalão e por aí vai, e agora o escândalo do Banco Master, roubo também do INSS de pessoas aposentadas que botaram o seu dinheiro.

Mas o grande problema que a gente vê hoje é que no Brasil existem — parece — justiças diferentes. Uma para o povo e outra justiça para os poderosos. Eu não acho razoável — e eu acho que os senhores também não acham razoável — a mulher de um ministro que tem interesse direto em contratos com o Banco Master, receber R$ 3,5 milhões de salário. Conflito de interesse, não acho razoável.

Eu não acho razoável ministros do Supremo Tribunal, como o ministro Toffoli, como o ministro Alexandre de Moraes, não acho razoável procurador-geral da República, não acho razoável diretor da Polícia Federal, não acho razoável ministro da Justiça encontrar com um banqueiro e tomar uísque que custa R$ 1 milhão, conversando amigavelmente em outro país, conversando coisas, talvez, de interesse do país. E você ter processos que para eles passam batido, mas se qualquer um de nós tivermos qualquer processo aqui, ai de você ter o contato do telefone ou encontrar num barzinho um juiz, um desembargador, alguém da Polícia. Ai de você! O processo vai caminhar rapidamente, você vai ser punido, porque você não tem dinheiro, você não tem poder, o povo brasileiro. Mas quem tem poder, quem está em cima com esses autoritários, pode tudo.

E o silêncio, silêncio de uma parte ainda da imprensa, silêncio de alguns ministros do STF, silêncio do Judiciário, que precisa se respeitar, que precisa se posicionar, desembargadores, advogados. Acham que está correto o que está acontecendo hoje na instituição mais importante do país, que é o Supremo Tribunal Federal, com essa orgia do dinheiro público? Não acho razoável.

O silêncio mata cada um de nós brasileiros, porque no final das contas é o dinheiro do povo que está indo para esse tipo de festinha que está acontecendo no Brasil. Esse povo autoritário, esse povo autoritário que utiliza o nosso dinheiro de impostos, de

taxas, suado, de todo brasileiro para fazer festa de R$10 milhões, festa de R$ 200 milhões, whisky de R$ 1 milhão, contrato com mulher de ministro. Isso sim é uma forma indigna para nós, brasileiros!

Eu estou extremamente indignado com o desrespeito conosco, brasileiros. E eu espero que cada um de vocês... não é questão de ser de direita, não é questão de ser de esquerda, não é questão de ser de centro, nada disso, é questão de defesa de valores mínimos morais e de princípios de honestidade que está faltando neste Brasil.

Eu acho que cada um de nós precisa voltar para casa, botar a cabeça no travesseiro e pensar: é este Brasil que nós queremos? Eu acredito que não.

Obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado vereador Cezar Leite. Para fazer uso da palavra...

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Comunicação Inadiável, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC):Comunicação Inadiável, vereadora Aladilce Souza.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL.**

Sr. presidente, o vereador que me antecedeu puxou o assunto, mas eu já ia falar. É o maior escândalo da história: R$ 40 bilhões! E é preciso saber como essa história vai terminar realmente.

E hoje, cada dia que a gente liga a televisão, a gente vê mais uma notícia, mais uma notícia. Eu quero me solidarizar com os servidores públicos que tiveram o dinheiro dos seus fundos de pensão jogado nessa farra do dinheiro público. Dinheiro do servidor público, suado. Fundos de pensão que foram queimados nessa farra do Banco Master. E o que mais nos causa surpresa, estranheza, e até tristeza, é ver o ex-prefeito, hoje, nas páginas dos jornais também tendo recebido desse dinheiro. Não quero aqui afirmar se é verdade ou não, mas estão aí as denúncias. Além disso, usar o jatinho deles, o ex-prefeito e o prefeito, para andar pra cima e pra baixo.

Então, realmente, é uma questão que é preciso ser apurado com rigor no Brasil.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado vereadora Aladilce.

Para fazer uso da palavra, pelo tempo de até três minutos...

SR. VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO): Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Pela Ordem, vereador Orlando Palhinha.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, atento aqui à fala da vereadora Aladilce, uma pessoa que eu gosto muito. Diante, vereadora, do mar de lama que tem sido noticiado pela imprensa sobre esse desvio, essa roubalheira do Banco Master, eu teria até vergonha de citar o nome de ACM Neto de ter recebido os valores de consultoria.

Então, vereadora, diante do mar de lama, da roubalheira que está aí — todo mundo tomando conhecimento —, V.Exa. falar de ACM Neto que recebeu de R$ 2 milhões ou R$ 3 milhões de consultoria, que está devidamente registrado, é querer tapar o sol com a peneira.

Você sabe que eu gosto muito de você, Aladilce, mas não dá para a gente querer tapear uma fala dessa diante desse escândalo que está aí do Banco Master.

Eu quero dizer para vocês: estou aqui há seis mandatos. Não tem dinheiro de empresário na minha campanha, não. É meu suor, meu patrimônio e minha família.

Obrigado presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Kiki Bispo, pode ficar à vontade.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 - **REGISTRO**.

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores, eu vou concordar com a fala da vereadora Aladilce Souza. Quero concordar com V.Exa. Eu acho que é um crime, de fato, você colocar os consignados contra os servidores; sobretudo, Sr. presidente, uma taxa altíssima. Mas eu não sei se por questões de conveniência ou por desencargo de consciência, V.Exa. deveria vir aqui e fazer o histórico dos fatos.

Quem colocou os consignados e o Banco Master foi o governo do PT, que V.Exa. participa e apoiou. Foi o governo do PT que vendeu a Ebal, a preço de banana, que 30 dias depois foi recomprado pelo grupo de Daniel Vorcaro, que depois pegou o

Credcesta e fez os consignados dos servidores. Tudo começou no governo que V.Exa. apoia.

E por falar em consignado, eu preciso me colocar na esfera do governo federal. Eu vou concordar também com V.Exa., porque foi no governo que a senhora apoiou que está o maior escândalo contra os aposentados deste país, a crise do INSS.

E quando a gente vai buscar na Corte maior deste país — e eu, como advogado, estou muito triste —, você vê uma Corte em sua maioria de companheiros, inclusive um companheiro do partido de V.Exa., um ministro que está lá, colocado pelo presidente da República, que deveria ter o papel fiscalizador, transparente, punitivo. Não, vai lá com o intuito de chegar, Sr. presidente, e fazer com que se coloque toda a corrupção para debaixo do tapete.

Então, quero concordar com V.Exa., associar-me, porque é um crime o que o governo do PT nacional, e o que nasceu aqui, no governo que V.Exa. apoia, a questão do Credcesta contra os servidores públicos do estado da Bahia, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Kiki Bispo.

Eu tomei conhecimento hoje — quero chamar a atenção dos servidores — que estava havendo uma reunião na Câmara com os servidores e, nessas reuniões, estavam dizendo que seria mexida alguma coisa relacionada à tabela de achatamento. Quero dizer que essas reuniões não foram autorizadas por mim e não existirá isso. Os servidores podem ficar tranquilos. Está certo? Não haverá alteração nenhuma.

Quero chamar a atenção aqui dos líderes da oposição, do líder de oposição... Desculpe-me, vereadora, porque como é a Semana da Mulher, estou querendo que as mulheres continuem sendo líderes.

Do líder da oposição e do líder do governo para que possamos reverter a pauta e fazermos as votações.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Pela Ordem, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pela Ordem.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Eu não sei a que movimento em relação à tabela que o senhor se refere, mas o que eu sei em relação à tabela é que, no reajuste passado, do ano passado, a tabela salarial dos professores foi desconfigurada. O senhor lembra disso...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não, na realidade eu falei dos servidores da Câmara. Aqui não tem nada a ver... é com os servidores da Câmara, viu?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Ah, está bem. Desculpe-me.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Houve reuniões sem a minha autorização, dizendo que teria mudança na tabela do achatamento. Essas reuniões não passaram por mim, não tiveram a minha autorização. Então, servidores, podem ficar tranquilos que não haverá mudança nenhuma.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Está bem. Da outra tabela eu falo na hora da discussão.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Líder da oposição, V.Exa. concorda?

(*O vereador Randerson Leal sinaliza que concorda.)*

Obrigado, vereador Randerson Leal. Vereador Kiki Bispo? Está sonhando com...?

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Sr. presidente, é a inversão da pauta?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): A inversão da pauta, V.Exa. concorda?

(O vereador Kiki Bispo sinaliza que concorda.)

Então, bora.

Projeto de Lei nº 13/2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, exclusivamente para fins de reclassificação da estrutura funcional programática, sem alteração de valores na estrutura das despesas orçamentárias disponíveis, e dá outras providências.

Com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização, com emendas. Em única discussão.

SR. VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS): Queremos discutir, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para discutir, vereador Randerson Leal.

SR. VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS): Não. A vereadora Marta.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora Marta? Os dois?

SR. VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS): Não, só ela.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora Marta, para discutir por dez minutos, por favor.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores e vereadoras.

A gente pede aqui, Sr. presidente, para discutir porque a reunião pela manhã foi uma reunião bem corrida, quando eu cheguei também para apresentar o voto — porque é importante a gente fazer a nossa manifestação e estar apresentando, como uma forma também democrática de apresentar opinião. A opinião não é de Marta, é uma opinião da bancada de oposição. Por isso que nós pedimos.

Também, Sr. presidente, esse Projeto de Lei nº 13/2026, tem assim, o que paira aí na imprensa, na mídia, se são operações de crédito, empréstimo ou não. Por isso que é bom a gente trazer o debate e estar apresentando. O Poder Executivo

Municipal autoriza a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial e que tenha uma relação direta com a estrutura funcional e programática, sem alteração — também, como está no projeto, estou lendo aqui o que está na ementa — da estrutura das despesas orçamentárias disponível. Isso é para a Secis, a Secretaria de Cidades Sustentáveis.

Aí a gente precisa ter também essa opinião, se é uma secretaria de uma abrangência, de um tamanho como esse, teria que estar também, vereadora Eliete, acompanhando o caso lá da contaminação em São Tomé de Paripe. Então por isso que é bom a gente fazer também.

Teve também uma adequação técnica da subfunção, uma subfunção denominada de Defesa Sanitária Animal, na 604, para uma subfunção 609, da Defesa Agropecuária. Então o nosso voto também vem nessa direção da aprovação, mas que a gente possa também entender a dimensão dessa Defesa Agropecuária e também como vai estar acontecendo, porque carece, líder. Quando a Prefeitura encaminhar um projeto como este, que venha acompanhado de uma nota técnica trazendo as informações adicionais, porque a mensagem, quando chega, não vem com os detalhes, vem muito solta e não amarra. Se a gente vai pesquisar e busca, a gente encontra alguns dados, mas nem todos. Aí é necessário recorrer ao presidente da Comissão de

Finanças para que possa também, junto com a Prefeitura, garantir.

Quando você abre Crédito Adicional Especial, ele tem também uma adequação constitucional, uma vez que essa classificação programática entrega também ao núcleo de autorizações. Por isso que é importante.

Também sobre os valores. Os valores também ficamos sabendo, depois da aprovação, por que o valor inicial que tinha na LOA, na Lei Orçamentária Anual, de previsão, era de R$ 26.013 e, depois, com o resultado e a diferença, diminuiu para R$ 23.499.

Então o que a gente cobra é que venha tudo isso com bastante nitidez, para que a gente não tenha dúvida, porque nós estamos falando aqui do Orçamento Público da cidade. Quando não vem junto acompanhando, essa justificativa, isso fica difícil para a gente também ter esse acompanhamento, porque é uma política pública importante, também da defesa de proteção dos animais. A gente anda nesta cidade, encontramos muitos animais. Aí é necessário ter o orçamento e garantir? Claro!

Agora, a gente pede a transparência, não dessa forma como chegou aqui, sem os dados, sem as informações, porque isso confunde. Ou vem com a intenção de confundir também a gente, para a gente sentar e buscar, ir lá na LOA e pesquisar na Lei Orçamentária Anual. Mas é necessário que a Prefeitura, quem

está no planejamento também, encaminhe e que tenha esse cuidado de ter essa preocupação com a Casa, porque é a Casa que aprova.

Se já vem do Executivo, ou o prefeito vai ... ele não vai alterar e nem vetar nenhum artigo, ele vai sancionar. É necessário que a Casa também, a Casa Legislativa, que é um outro Poder, que tem autonomia e é independente, conheça a fundo, para quando a gente sair daqui com as nossas indagações e preocupações, venha também junto, para não pairar nenhum desentendimento entre a gente.

Isso é a gente ter esta preocupação, que ultimamente, desde quando eu estou aqui, a Prefeitura não tem, e encaminha o projeto sem aprofundar, sem detalhar. Por mais que a gente busque informações antecipadas, solicite realizações de audiências públicas para dar conta desse debate — como eu já falei aqui e reitero — que é um debate importante, a política também de proteção aos animais, a gente cobra, mas não dessa forma como está vindo, Sr. presidente.

Então, se esta Casa puder encaminhar e dirigir para o Executivo, para o próprio prefeito, que é assim que encaminhar, venha uma nota técnica trazendo todas essas informações, porque, se não vem, nós vamos ter que pedir vistas com o objetivo de aperfeiçoar o projeto, de melhorar e ter tempo também para a

gente se debruçar e garantir que tenha transparência. Que o que se aprove aqui, a gente depois...

Aí quando falam “vamos para a Justiça”, é por quê? Se não tem um entendimento, se não vem de lá com nitidez, é claro que a gente tem que utilizar o que está à nossa disposição. Se não tem um diálogo, não vem as informações devidas, nós temos que acessar outros, que nos ajudem. Aí ou é a Justiça ou o Ministério Público, que a gente está sempre acessando e pedindo ajuda para trazer essas informações.

Sr. presidente, peço-lhe que o senhor, quando conversar com o prefeito, com o Executivo, pedir que venha uma nota técnica, atualizando para a gente e detalhando sobre o projeto. A gente só ficou sabendo depois que a Comissão, que foi hoje de manhã, 10h, a comissão conjunta aprovou. O presidente da Comissão de Finanças ligou para a Prefeitura e depois chegou uma nota colocando para a gente que o valor foi diminuído. Por quê? Porque o mês de janeiro já tinha acontecido a execução, o valor foi reduzido, e a gente não sabia.

Quando não vem todos esses esclarecimentos, gera dúvida na gente, porque, por mais que a gente conheça, por mais que a gente estude, tem coisa que vem ali nas entrelinhas que a gente não tem condições de ter essa nitidez com os projetos. Com sua sensibilidade, seu compromisso, que nós sabemos que o senhor tem, que a Casa também seja respeitada cada vez mais e que,

quando a gente se debruce para debater, tem que garantir também, presidente, as audiências públicas.

Que venha antes, porque, se tiver também debate, audiências, nesse momento, a gente vai pedir os esclarecimentos e nós vamos chegar para apresentar um voto ou não, mas com segurança que a gente já tenha as informações.

Então, quero deixar aqui reiterado este pedido, assim também como nós já conversamos sobre a audiência pública do Plano Municipal de Segurança Pública, nós já aprovamos. Hoje vamos fazer uma audiência conjunta com a Ouvidoria — não é isso, Helio? —, com a Comissão da Mulher, a vereadora Ireuda, e com a Comissão de Reparação, porque é algo também que nós já conversamos com o senhor, que a gente precisa debruçar e debater.

Quem elaborou, por parte da Prefeitura, a gente também chamar o governo do estado. A vereadora Ireuda fez uma complementação importante, que ela já tinha até ido pautar a secretária da Mulher, da SPMJ, porque no Plano não tem, presidente, esta política. Como é que a gente fala de segurança, e nós mulheres, que somos maioria nesta cidade, de maioria negra, e não está contemplado?

Então, nós vamos estar realizando esta audiência. Se o Sr. presidente também puder no dia acompanhar, é importante porque trata de um tema tão relevante para nossa cidade.

Muito obrigada, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereadora Marta.

Quero chamar a atenção do diretor legislativo, que a cobrança que foi feita pela vereadora Marta Rodrigues, que seja feito um documento para que esta cobrança chegue mais rápido possível ao Executivo e nós obtermos a resposta necessária que a vereadora Marta precisa — a vereadora Marta e todos os vereadores aqui presentes.

Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei nº 13/2026 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado a Redação Final. Aprovado na Redação Final, com os votos contrários dos vereadores Hamilton, Marta, Eliete e Aladilce. Não?

(*As vereadoras Marta Rodrigues e Aladilce Souza sinalizam que votam a favor do projeto.*)

Então, o vereador Hamilton e a vereadora Eliete que votaram contra, não é isso? Isso, com os votos contrários.

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 27/2026 de autoria do Executivo, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ativos e dos proventos dos inativos e pensionistas, incluindo o Magistério Público Municipal, da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, institui o Marco Legal do Programa Nossa Escola Equidade, que estabelece diretrizes estruturantes e consolida políticas públicas educacionais no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Salvador e dá outras providências

Com o parecer conjunto favorável das comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Fiscalização; e de Educação, Esporte e Lazer.

Há emendas sobre a Mesa? Não? Não há emendas.

No Plenário, em única discussão. Para discutir?

SR. VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS): Para discutir, Randerson, vereadora Aladilce, vereadora Marta, vereador Sílvio Humberto e professor Hamilton.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para discutir, vereadores Randerson, Aladilce, Marta e Hamilton.

SR. VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS): E Sílvio. Sílvio também.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Sílvio também vai discutir? Hamilton e Sílvio.

Por dez minutos, vereador Randerson Leal.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde a todos, mais uma vez.

Sr. presidente, subo a esta Tribuna, mais uma vez, para chamar atenção da forma como a Prefeitura Municipal desta capital tem tratado os temas importantes da nossa cidade, alguns projetos importantes da qual a Prefeitura utiliza uma metodologia totalmente equivocada, uma metodologia que realmente não deixa nenhuma opção ao servidor, à sociedade civil, aos próprios vereadores, de a gente estar aqui discutindo dialogando, melhorando inclusive, os projetos da qual a Prefeitura envia para a Câmara Municipal. Afinal de contas, a Câmara é a Casa do Povo, a Câmara é justamente para intermediar o diálogo entre a sociedade civil e o poder público municipal.

Mas, infelizmente, mais uma vez, a Prefeitura Municipal envia um projeto sem nenhum tipo de diálogo, sem nenhum tipo de conversa, sem chamar para uma mesa de negociação. Ano passado todos nós vivenciamos aquele caos que foi enfrentado, infelizmente, com o projeto da mesma forma. E parece que não

aprendeu a Prefeitura, ficou de ter uma mesa de negociação constante, permanente, mas, infelizmente, a Prefeitura Municipal, mais uma vez, passa o trator ou quer passar o trator.

E mais uma vez, subo a esta Tribuna para dizer que os dez vereadores — aqui falando como líder da oposição — nós votaremos de forma unidas, como sempre fomos, mas a favor sempre do povo, contra o Projeto de Lei nº 27/2026 que coloca o reajuste de 5,4 para a APLB, os professores. Inclusive, Sr. presidente, os professores não estão nem trabalhando, nem se reuniram em assembleia para discutir essa pauta.

Como é que a gente vai aprovar um projeto sem ter a discussão dos beneficiados ou dos diretamente beneficiados ou atingidos por algum projeto aqui nesta Casa? Quando o município coloca 4,26 % para todos os outros servidores públicos, tentando, de uma forma, colocar uma categoria contra outra, sendo que todos são servidores públicos municipais.

Então, um absurdo, mais uma vez. Deixo aqui essa reflexão, para não dizer outro nome, outro adjetivo. É isso que a gente tem que fazer aqui apenas. Infelizmente, servidores públicos, nós da oposição só somos dez. Não temos número suficiente para barrar qualquer projeto, mas nós temos aqui a vez e a voz para estar falando, para estar ecoando o que vocês estão sentindo nesse momento, sem nenhum tipo de conversa, de diálogo.

A única reunião que foi feita foi logo depois que enviaram o projeto. Mesmo assim, não foi reunião, foi uma escuta. O secretário Alexandre Tinoco apenas escutou o servidor, sendo que o projeto já estava elaborado, já estava enviado à Câmara Municipal. Para que se tem reunião dessa forma se não tem nenhum tipo de conversa ou de negociação?

Então, deixo aqui, mais uma vez, a forma lamentável como a Prefeitura Municipal tem tratado os servidores públicos municipais. Falei na minha fala anterior, Sr. presidente, que são os servidores que levam essa cidade, são os servidores que estão lá tratando as maiores demandas de nossa população.

Nós falamos tanto aqui do Carnaval de Salvador, que é o melhor, que é o maior, mas quem não vê os servidores trabalhando, principalmente os servidores da Transalvador, que estão lá trabalhando debaixo de sol, de chuva para ordenar o trânsito, para ordenar a mobilidade urbana, para que as pessoas possam ter um acesso melhor para curtir o Carnaval? Mas ninguém vê isso, ninguém vê o trabalho que cada servidor tem feito para ajudar a melhorar a nossa cidade.

Mas vocês, servidores, vocês têm a nossa gratidão, dos vereadores de oposição e — não tenho dúvida nenhuma — que alguns dos 43 vereadores aqui querem votar contra esse projeto. Mas, infelizmente, têm a condição de ter enviado... como o meu amigo Sílvio falou aqui: se não é autoritário, é um soberano.

Então, o que a gente traz aqui é essa reflexão, Sr. presidente, para que a gente possa acabar de uma vez por todas essa metodologia colocada pela Prefeitura Municipal em trazer projetos sem dialogar, sem conversar, sem fazer audiências públicas. O melhor instrumento que nós temos na Câmara Municipal é a audiência pública, Sr. presidente, da qual o senhor dá oportunidade de todos debaterem projetos aqui, de todos fazerem audiência pública para debater com os segmentos, para debater com a sociedade civil organizada. Mas, infelizmente, a Prefeitura quer passar mais uma vez o rolo compressor.

Pode até passar, mas nós vamos ficar aqui debatendo, dialogando e demonstrando para o povo quem defende verdadeiramente o povo desta cidade, quem defende os servidores públicos municipais. Estamos aqui em dez, mas pode ter certeza de que esses dez são vereadores combativos, são vereadores que estão aqui para dar vez e dar voz, da qual nós fomos eleitos para representar cada cidadão, cada cidadã soteropolitana, Sr. presidente.

Deixo aqui minha indignação. Eu vou colocar aqui, Sr. presidente. Claro que o nosso maior objetivo hoje de vir à sessão era solicitar de V.Exa. ou solicitar dos vereadores, do líder da situação, o vereador Kiki Bispo, para que a gente retirasse de pauta, para que desse tempo de dialogar.

Nós temos aí o reajuste para os servidores públicos a partir do 1º de maio, então nós temos tempo para conversar, nós temos tempo para dialogar com esses servidores. Se é que a gente vai aprovar esse projeto aqui, que a oposição já declarou aqui o voto da oposição, voto contrário, mas vão passar o rolo compressor e vão aprovar o projeto, infelizmente.

Mas que a gente aprove, pelo menos, sendo retroativo a janeiro. Já era uma forma de beneficiar os servidores. Se não teve conversa com o secretário, se não teve conversa com a Prefeitura Municipal, nós vamos aqui fazer a nossa parte, que é colocar emenda para que seja realmente votado esse projeto, que seja retroativo, minimamente, a janeiro. Já ajudaria muito os servidores públicos municipais, já ajudaria muito esses servidores que estão lá trabalhando, como eu falei, para ajudar a população de Salvador.

Eu trouxe aqui alguns pontos, Sr. presidente, quero deixar aqui bem claro que estivemos com o Sindseps, estivemos aqui com a Astram, estivemos aqui com a própria APLB, o professor Hamilton esteve com o pessoal da APLB e pontuamos algumas pautas, algumas reivindicações aqui. Eu sei que, infelizmente, servidores — e falo isso com o coração partido, infelizmente —, nós não vamos conseguir aprovar essas demandas, mas podem ter certeza de que a liderança de oposição, o vereador Randerson Leal, a partir de hoje, mais do que nunca, vai cobrar da Prefeitura

o principal ponto da pauta, que é a mesa constante e permanente de negociação, para que no ano que vem a gente possa estar aqui trabalhando, votando, mas votando com alegria, votando com o que a gente entende que é o melhor para os servidores, porque o que for melhor para os servidores é melhor para a cidade; e o que é melhor para a cidade nós temos aqui, como vereadores, a obrigação de ajudar a melhorar a situação de nossa cidade e, consequentemente, de quem mora em nossa cidade.

Por isso que pode contar com a gente. Nós vamos cobrar, sim, a mesa permanente de negociação, presidente, da qual solicito a V.Exa. e a todos os nobres colegas vereadores: vamos, a partir de amanhã, já iniciar essa conversa, já iniciar as negociações, já ouvir os servidores. Os servidores estão aqui para conversar, para dialogar.

O que a gente quer é apenas o direito de cada servidor ser ouvido. Se vai aprovar ou não, todos os servidores entendem a dificuldade que tem o município, entendem a dificuldade que existe na Lei Orçamentária, sabem que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o que a gente não entende é que não tem conversa, não tem diálogo. “Ah, vai ser reajustado isso e pronto”. Não, se não pode chegar ao que eles querem, minimamente dá os 5,4% para todos, que seja um reajuste linear para todas as categorias, que venham aqui, que digam aos servidores: “Olhe, nós não podemos aprovar nesse momento 5,4%

para todos, mas nós podemos fazer um cronograma, para que, a partir de agora, seja ano a ano, seja a cada dois anos, que tenha um aumento gradual, um aumento importante".

Então, é isso que a gente quer, é diálogo, é conversa. Quem sabe, quem me conhece, quem conhece a minha história, sabe que estamos aqui como líder da oposição para dialogar, para conversar com os colegas vereadores de situação, para conversar com o município, com a Prefeitura, para intermediar o que a sociedade civil precisa, para que a gente possa levar os melhores projetos, para que a gente possa levar as melhores ações a Prefeitura Municipal.

O que a gente quer aqui é dar as mãos à Prefeitura e dizer assim "vamos caminhar juntos, a Prefeitura com a Câmara Municipal". Se a gente trabalhar junto, pode ter certeza de que o povo será beneficiado. Se os vereadores trabalharem em consonância com a Prefeitura, se a Prefeitura entender que os vereadores são úteis para ajudar em sugestões, para ajudar em demandas colocadas para a Prefeitura, para ser realmente o papel de um vereador de fiscalizar, de levar a crítica, mas a crítica com a solução. Por isso que eu estou hoje como líder da oposição, para que a gente possa desmistificar isso. A gente não está aqui... para concluir, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para concluir, vereador.

SR. VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS): A gente não está aqui para criticar por criticar. Nós estamos aqui fazendo a crítica, mas nós temos aqui a solução, Sr. presidente. Nós temos as pautas de soluções aqui.

Então, o que a gente espera é que a Prefeitura Municipal, a partir de agora, entenda que os servidores públicos municipais são maiores do que qualquer vereador, do que qualquer prefeito, porque a gente passa, mas os servidores continuam.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Randerson Leal.

Vereadora Aladilce, por cinco minutos. Como é?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Pode chamar outro. Eu vou depois de Marta.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora Marta, por cinco minutos. Desculpe-me, dez minutos. Desculpe-me, viu?

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Pois não, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): São dez minutos a discussão, viu?

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Muito obrigada, Sr. presidente.

Mais uma vez, aqui, subo a esta Tribuna para agora a gente discutir o Projeto de Lei nº 27/2026, porque é uma matéria, Sr. presidente, de relevância para os servidores públicos municipais de Salvador.

Essa matéria vem eivada de vícios procedimentais graves que comprometem a legitimidade, a democracia do processo legislativo. Recomendam, com a devida cautela e máximo respeito que a gente tem que ter, pelo seu retorno para a Prefeitura ouvir todos os servidores, todas as entidades representativas e, a partir daí, encaminhar um outro projeto para esta Casa. Nós estamos discutindo aqui para apresentar a nossa opinião em relação a isso.

A proposição chega a esta Casa com evidentes lacunas no que tange à participação das categorias funcionais afetadas. A transparência do processo que originou o rigor técnico exige também, de um projeto como esse, que tenha muito compromisso, responsabilidade, porque são vidas, são pessoas que estão aqui e muitos que não puderam estar, mas que também têm toda esta preocupação com a situação que nós estamos vivendo.

O projeto produz impactos diretos e imediatos sobre as diversas categorias funcionais do serviço público municipal. A gente já está vendo aqui as entidades representativas sindicais, que também constituem — e nós sabemos da importância de cada uma — os legítimos representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras no processo de negociação. Por isso que tem a eleição. A Astram, que ainda continua aqui, teve eleição recente, foi tomada posse e isso também tem que ser respeitado, as demais categorias, o Sindseps, todos os outros.

Então, o processo de negociação envolve também respeito, porque isso vai decidir — é o debate que nós trazemos aqui da democracia — os seus vencimentos e condições de trabalho. A pauta de uma categoria, como a que nós estamos aqui debatendo, o período que tem que ter, do acordo e da campanha salarial, é no mês de maio.

Então, as categorias nem tinham feito ainda a assembleia para organizar sua pauta de negociação. A pauta não é uma pauta exclusiva. O aumento é fundamental, é importante, mas também tem outras pautas cidadãs, que a sua categoria senta, convoca seus filiados para chegarem até lá e estar apresentando. Então, são os principais afetados.

Aí nós sabemos também do que o vereador Randerson já trouxe aqui, o nosso líder, sobre os percentuais. A categoria do magistério, retroativo ao mês de janeiro, e as demais não têm

retroatividade e não tem também o mesmo percentual. Então, é isso que nós precisamos debater com nitidez e com bastante transparência.

Os sindicatos das categorias que eu já me referi aqui, não representam, presidente, uma mera formalidade no processo legislativo, são instituições fundamentais para a gente garantir a nossa democracia na sua plenitude, cuja função de cada categoria é a representação das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Isso também tem todo o amparo, está expresso na nossa Constituição Federal de 1988. Mesmo a gente passando por aquele golpe da Reforma Trabalhista que nós vimos, mesmo aqui essa ficou assegurada. E também as Convenções nº 151 e nº 154 da Organização Internacional do Trabalho, que o Brasil ratificou também, todas essas, que consagram o direito à negociação coletiva do setor público como pressuposto para uma gestão laboral, democrática e legítima.

Então, nós precisamos, presidente, aqui fazer esse debate com muita tranquilidade, com transparência e com respeito com quem está no dia a dia produzindo e construindo. Então, o que a gente pede — nós já pedimos aqui e vamos reiterar — é que também devolva este projeto. Fazer, mais uma vez, este apelo da devolução, para que as categorias voltem também, suas entidades representativas para sentar com o secretário de Gestão

ou com outro secretário de cada pasta específica, para dar conta dessa dimensão importante, desse percentual, mas também, Sr. presidente, das outras demandas e das outras pautas.

Então, como a Prefeitura está fazendo, o que a Prefeitura está fazendo é um flagrante desrespeito, que eu digo que é muito violento. Desconsiderar, vereador Sílvio Humberto, essas entidades do processo de elaboração de um projeto que define seus próprios vencimentos de seus filiados, representa o quê? Uma grave ruptura. É sobre isso que a gente tem que debater, com os princípios que informam a relação entre o poder público e as organizações representativas.

Então é sobre esse método que foi adotado, que nós também estamos discutindo aqui, de desrespeito às trabalhadoras e aos trabalhadores. A ausência da consulta, do diálogo, da negociação, de sentar na mesa com os sindicatos, não pode, sob hipótese alguma, ser suprida pela mera formalidade ou publicidade de um projeto.

A gente já encaminhou, protocolou na Câmara, passa a responsabilidade sobre os nossos ombros, aí os vereadores é que vão ter que decidir. Como? Sem nenhuma audiência pública, nem para chamar as categorias e também com a gente, que é quem vai aprovar. Não pode ser só essa formalidade do projeto de chegar na Casa. O absurdo maior é que quando nós estávamos reunindo na sexta-feira, nas comissões conjuntas, logo após chegou um

anexo do substitutivo e a devolutiva foi hoje, nas comissões, para dar tempo e também cumprir o que o Regimento da Casa manda.

Então, por isso o projeto não respeita a participação sindical e, por isso, nós estamos aqui colocando que isso compromete a legitimidade de todo esse processo. O prefeito pode dizer: é legal eu posso mandar. Mas nem tudo que é legal é legítimo, e esse daqui não tem nenhuma legitimidade. Eu digo aqui porque nós já ouvimos diversos servidores e é isso que eles têm dito para a gente. Nenhuma das entidades representativas das categorias afetadas foi formalmente chamada para sentar na mesa, para ser escutada, para ser consultada sobre o processo. Como foi elaborada toda essa proposta? A categoria não sabe.

A documentação que foi encaminhada para a Câmara Municipal não contém qualquer registro de audiências prévias, nem de mesa de negociação. Por isso a Câmara também é esse outro Poder, o Poder Legislativo, e nós também não somos consultados. Só chegou aqui para a gente se debruçar em um período rápido, com celeridade, e ainda vem no pedido de urgência. Como é que a data-base é no mês de maio e vem pedindo urgência urgentíssima para o projeto entrar aqui e votar? Será porque o prefeito não quer o diálogo e quer antecipar a votação que ainda vai ser o aumento no mês de maio? Então, não pode de maneira nenhuma, sob hipótese alguma.

O que nós estamos discutindo é para que aquela cena que nós vimos, que resultou em três companheiros sindicalistas demitidos... então isso não dá. E eu reitero aqui o que eu já disse, Sr. presidente, que parece o que aconteceu nesta Casa com todos aqueles mártires de Búzios, que aqui era a Câmara e cadeia, julgava e condenava. Eles saíram daqui para a Praça da Piedade para serem esquartejados e dizer: não faça mais isso. É isso que a Prefeitura está querendo? De novo, calar a boca das categorias? Nós não vamos admitir! As nossas vozes aqui, nós vamos ecoar diante dessa falta de transparência, de ausência e de cautela técnica na elaboração do projeto.

Por isso, Sr. presidente, o nosso líder já adiantou aqui, mas a gente reitera o nosso voto contrário, por esta forma como foi encaminhada, desrespeitosa e violenta com os servidores.

Por isso que nós pedimos que retire o projeto de pauta.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Marta Rodrigues.

Vereadora Aladilce, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, eu quero fazer coro também, presidente, começando esta fala, V.Exa. não estava aqui no momento do Registro, mas nós fizemos aqui uma pontuação. V.Exa. lembra que no ano passado, depois da greve, depois daquela confusão toda que houve, uma das coisas que ficou pedido por esta Casa e que V.Exa. corroborou, era que este ano nós tivéssemos uma outra forma de tratar a questão, que quando a matéria viesse para aqui, já viesse discutida com os servidores, os ânimos já estivessem acalmados. Não é uma coisa boa a gente ter todo ano assembleia na porta da Câmara. E eu tenho certeza de que nem os servidores gostam, nenhum sindicalista gosta de ficar fazendo vigília, nem sustentando. Só faz por causa da intransigência.

Então, quando nós terminamos aquele processo que foi tenso, que foi traumático, que terminou na demissão de três servidores — que a gente espera que seja revertida, porque isso é um ato ditatorial —, nós esperávamos que o projeto já viesse para cá com a discussão, uma discussão prévia, para não ficar na responsabilidade da Câmara, presidente.

E vou chamar a atenção de V.Exa. que nós não tivemos, o prefeito não nos deu oportunidade — não deu a eles, como também não deu a gente — para conhecer qual é a realidade, quais são os pleitos. As pautas desses servidores, além do

reajuste, são enormes. Tem muita coisa que precisa ser discutida na mesa.

Eu me lembro do empenho de V.Exa. com a categoria de trânsito, me lembro do empenho. Foi aprovado aqui um plano e não fez efeito nenhum. O que adiantou a gente aprovar? Era para ser regulamentada, os avanços, as gratificações, está aí todo mundo, gratificação de motocicleta, tem a gratificação de incentivo à prevenção e educação no trânsito, tem a própria progressão na carreira, gratificações e cargos que precisam ser analisados. Não é um reajuste simples, um percentual cheio, mas é preciso ver como é que se escalona, como é que o servidor pode evoluir na carreira. Tem outros ganhos que precisam ser analisados, adicionais.

Então, queria chamar a atenção de V.Exa. porque tem uma expectativa muito grande de todos os servidores. Nós temos o pessoal da área da Saúde, por exemplo. Gente, eu sou servidora, sou enfermeira, fui servidora durante muito tempo no estado, na Sesab, fui servidora municipal também e queria que vocês fizessem a experiência de passar 24h numa UPA, dando um plantão, ou mesmo dando uma jornada de 8h numa Unidade de Saúde da Família, lá em Alto de Coutos, ou no Bariri, ou qualquer unidade dessas aí no Subúrbio, para vocês verem o que é, para vocês verem o que é que esse pessoal passa.

Tem gente que vai trabalhar no subúrbio, vai às 7h da manhã e só volta à noite, e passa a semana toda, não tem tempo nem às vezes de fazer uma operação bancária. Hoje a gente faz pelo celular, tem o PIX que ajuda, mas a vida dessas pessoas é isso. E depois, as condições de trabalho são péssimas.

Então, tudo isso é assunto para a mesa de negociação, é assunto para a mesa de negociação, as condições de trabalho, a carreira, o salário, tudo que envolve a vida. A gente não pode tratar... tem que tratar de política de pessoal, a forma de tratar do pessoal. Os servidores precisam ser ouvidos, é o mínimo que a gente pode fazer, é o mínimo que uma gestão que tenha sensibilidade, que diga que tem sensibilidade pode fazer. Essas pessoas não são recursos, coisas; são pessoas, são cidadãs, cidadãos que têm projeto de vida, que têm responsabilidade, que têm uma expectativa de contribuir com o desenvolvimento do município.

Nós temos visto aí a situação, Sr. presidente, do Salvamar. O senhor já viu a situação do Salvamar? Os postos do Salvamar estão horríveis, estão deteriorados. O prefeito botou uma empresa, entregou a orla de Salvador a uma empresa do Rio de Janeiro e nem incluiu os postos do Salvamar, que poderia ter incluído. Está lá, as coisas caindo aos pedaços, tem lugar que nem escada tem para subir, que o salva-vidas tem que jogar uma corda e subir pendurado. Tem extensões enormes de praia que

não tem um salva-vidas, e a gente sabe o número de afogamentos que tem aqui. Então é dessa forma que o servidor é tratado, sem o material, sem equipamento de proteção, sem o material necessário para fazer o seu trabalho. Isso é em todas as categorias, em todas.

Se a gente for pegar também a situação dos professores, professor Hamilton, o senhor sabe muito bem que — não vou dizer que são todas — pelo menos 50% das salas de aula não têm ar-condicionado. Tem lugar que é um verdadeiro forno, o pessoal chama de "sauna de aula". Nós temos muita gente, gente que pede até licença sem vencimento e não consegue. Licença-prêmio, nem pensar. Os atrasos que têm no pagamento das gratificações na área da Saúde.

Então tudo isso vai somando e vai criando uma situação de insatisfação, que não é bom para assistência, que não é bom para prestação do serviço. A gente vai para a área de Assistência Social e tem também muita coisa, tem muitas dívidas. A Secretaria de Assistência Social é uma secretaria que precisa ter um quadro reforçado, que precisa ter concurso público. Nós precisamos de assistentes sociais nas escolas, tem lei federal dizendo e estabelecendo. Não é possível que a carga do que acontece no chão das escolas seja colocada nas costas do professor, que não dá conta.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

O professor hoje recebe na sala de aula crianças autistas, têm professoras que estão ficando loucas — isso é verdade — e se afastando por problema de transtorno mental, porque não suportam. Você sabe lá o que é você pegar uma classe com 30 crianças, com 5 meninos com autismo, um com deficiência visual e outro com outro problema? É impossível. É impossível fazer qualquer trabalho digno, qualquer trabalho que a gente diga que é de qualidade.

Então, essas coisas todas. Nós precisávamos aqui ouvir o secretário de Gestão. Ele deveria vir debater com a gente, Sílvio. Nós não estamos aqui para dizer amém, sem saber o que é que está acontecendo na realidade. A gente tem que ouvir dos servidores e temos que ouvir dos gestores por que está assim. Por que não pode, vereador Téo Senna? Você que é professor, por que não pode dar o mesmo percentual que está dando aos professores aos outros servidores? Por quê? Ele precisava pelo menos dizer a gente o porquê, explicar por "A mais B". Por quê?

O prefeito foi eleito e poderia ter sido eleito com 100% dos votos, mas ele não é soberano. A soberania — está lá na Constituição bem grande — é do povo. Em uma democracia, a soberania é do povo e quem representa o povo é esta Casa.

Então, presidente, até mesmo as emendas, as emendas que vieram, nem isso, nem isso esta Casa teve a oportunidade de examinar, porque aquele que se diz soberano, que eu vou dizer

que é autoritário — porque se não conversa, é autoritário; se não conversa, decide unilateralmente; se não conversa é ditador; se dita as coisas sem dialogar, é ditador, sim. Ele não nos permitiu, não permitiu aos servidores e nem permite a Casa. Então, estamos tratando também com falta de respeito, porque se respeitasse a Casa, chamava todo mundo.

Eu tenho certeza — e posso estar até equivocada — que nem a bancada do prefeito, conhece. Talvez Palhinha conheça, que está me olhando. Nem a bancada do prefeito conhece esse projeto. Vamos apostar? Queria que alguém viesse aqui, que alguém viesse discursar para defender esse projeto. Eu queria que viesse aqui discursar para defender esse projeto, ponto por ponto.

Então, gente, eu termino, Sr. presidente, vou finalizar dizendo que é uma profunda decepção para esta Casa o prefeito tratar a gente dessa forma, tratar a gente e tratar os servidores, sem o diálogo. V.Exa. sabe do que eu estou falando. Não é que a gente tivesse que aceitar ou ser contra o que ele está propondo, mas que a gente dialogasse antes. A data-base dos servidores do município é maio. Por que ele se antecipou? Não, ele está com medo. É medo, é medo. Além de tudo, covarde; além de tudo, medo e covardia.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para concluir, vereadora.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Desculpe-me as palavras, mas obrigado, Sr. presidente. É uma decepção, é lamentável que a gente vá votar dessa forma.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Hamilton Assis, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Srs. vereadores, Sras. vereadoras, presidente da Mesa, nós voltamos aqui, novamente, a esta Tribuna, para ocupar esse tempo de fala porque, lamentavelmente, não dá para deixar passar um debate tão importante como esse, sem que a gente faça a discussão política, sem que a gente expresse o sentimento aqui das diversas categorias, sem que a gente expresse o pensamento da bancada de oposição, sem que a gente expresse o pensamento da bancada do Psol, que está completamente indignada em função desse processo.

Eu disse, quando cheguei aqui, nesta Casa, que nós queríamos fazer debate, que nós queríamos discutir questões estruturais, que mexessem com a nossa cidade, que mexessem com a vida dos nossos servidores, porque nós acreditamos que só

assim a gente conseguiria, de fato, construir uma cidade que fosse digna para o nosso povo, que fosse digna para o exercício da cidadania.

Mas, no entanto, o que a gente tem observado, cada vez mais, é que me parece que o poder subiu à cabeça desse grupo que está governando hoje esta cidade. Depois de quase 12 anos de exercício do poder nesta cidade, parece que agora chegou-se a uma perspectiva que eu diria ser totalitária, ou seja, de não haver mais possibilidade de discussão sobre qualquer que seja o projeto desta cidade. Tem discussão com empresários, tem discussão e subsídio para o transporte coletivo...

(*O vereador Hamilton Assis esbarra num copo com água que estava na Tribuna.*)

Desculpem-me vocês aí.

Tem incentivo para poder construir nesta cidade, tem venda de áreas verdes, tem segregação socioespacial, mas o que sobra para o nosso povo? Sobra viver na periferia de forma segregada, sobra viver na periferia sem dignidade, submetido a todas as formas de violência, sem serviços públicos adequados e, sobretudo, sem poder discutir o seu próprio destino. Isso é muito ruim, isso é muito horrível, é uma sinalização que a gente dá para essa sociedade.

É por isso que nós estamos nos colocando sempre do lado da defesa da democracia, porque a gestão pública não pode ser

feita de forma arbitrária, sem levar em consideração os diversos interesses que estão postos nesta cidade. É por isso que nós estamos aqui para fazer esse debate, porque nós questionamos o mérito e o método como esse projeto chegou aqui na Casa. Principalmente, porque esse projeto que está discutindo o reajuste dos servidores públicos municipais de Salvador, o Projeto nº 27/2026, esse projeto chega com uma série de vícios que a gente precisa observar, porque, inclusive, pode ser objeto de questionamento institucional.

Primeiro porque pega várias matérias de interesses distintos e coloca no mesmo projeto para debate, sem fazer distinção. Nós estamos considerando que essa perspectiva que é trazida para esse debate, através desse projeto, ela tem, sem sombra de dúvida, perspectivas inconstitucionais.

Primeiro porque tem categorias distintas que têm interesses diversos e que está sendo colocado no mesmo pacote, de forma autoritária, para ser debatido em um único projeto. Depois são apresentados, dentro desse projeto, programas que vão impactar sobretudo os trabalhadores da educação, os profissionais da educação, principalmente os profissionais docentes e os nossos alunos. Um projeto que vem com o discurso de melhorar a qualidade de vida, a qualidade da nossa educação, mas o que nós temos presenciado, Sr. presidente, é que a qualidade da nossa educação tem decaído ano após ano.

Os índices que analisam e que avaliam a nossa educação, a educação do município, apontam como a nossa educação está indo de mal a pior. O prefeito, por sua vez, com seu secretário, profundamente deslegitimado, porque está aí para responder, inclusive, sob suspeição de desvio de recursos dentro da Secretaria de Educação, da qual nós encaminhamos um pedido de CPI, que também não foi apreciado, porque não teve a votação, não teve a assinatura desta Casa, da maioria desta Casa.

Nesse sentido, nós questionamos como é que pode um secretário de Educação, questionado judicialmente, investigado pela Polícia Federal, continuar no exercício do poder nesta cidade, principalmente tratando os trabalhadores da Educação?

Mas não é só isso que a gente quer falar aqui. A gente precisa entender, como eu já disse, que uma cidade se constrói com muitas mãos. Enquanto esta cidade estiver sendo construída de forma autoritária, ignorando exatamente as vozes do nosso povo, a participação efetiva da construção da nossa cidade, com certeza esta cidade nunca vai atender os direitos que a gente sempre reivindica.

Quero dizer que todas as pautas que estão aqui colocadas, tanto as pautas dos servidores públicos municipais como dos servidores da Educação, da qual eu faço parte, são pautas justas e legítimas. E digo mais: desde antes nós dissemos que para fazer

reparação nesta cidade, a gente precisa fazer um debate mais profundo.

Quero questionar aqui o fato, embora o líder da Casa, Kiki Bispo, já tenha apresentado uma proposta que quer fazer com que todos os projetos que passem pela Casa sejam debatidos com a Comissão de Reparação. Nós acreditamos que, independente, dessa proposta, esse deveria ser o sentimento, porque se trata de fazer reparação; trata-se de fazer reparação para os servidores públicos, de um modo geral; trata-se de fazer reparação para os profissionais da Educação. E por que se trata de fazer reparação? E estou dizendo isso para sensibilizar a bancada do governo. Por quê? Nós compreendemos, pela leitura que fazemos, que a maioria desses servidores que prestam serviço nesta cidade, que estão na base da pirâmide da maioria dos trabalhadores desta cidade, é formada por mulheres e homens negros desta cidade, que historicamente foram injustiçados.

É por isso que nenhum desses projetos que são apresentados são dignos de sua apreciação, porque desrespeita esses servidores, não vê um processo histórico, não propõe fazer um processo concreto de restaurar a dignidade desses trabalhadores. Historicamente esse processo de opressão está vinculado a um histórico desta cidade, vinculado à escravidão. É isso que nós temos que compreender. Para esses senhores que

nos governam nesses mais de 500 anos, o que resta para a gente é trabalhar em serviços análogos à escravidão, sem direitos.

Dentro do mesmo plano dos servidores públicos, por exemplo, que está sendo apresentado aqui no projeto, tem servidores que vão receber abonos. Sabe por que esses servidores vão receber abonos? Porque uma grande parte dos seus salários, alguns estão até abaixo do salário mínimo. Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha! Isso não é digno de uma Prefeitura que se propõe a construir uma cidade com a magnitude histórica de Salvador. Portanto, os trabalhadores da Educação, os trabalhadores e servidores exigem respeito!

No mais, a Prefeitura apresenta um programa de melhoria da nossa educação, um programa chamado Nossa Escola Equidade. Esse programa não tem nada de equidade, esse programa é um programa fajuto, neoliberal, que não deu certo em lugar nenhum, em que se implementa uma lógica de competição entre os alunos, uma lógica de competição entre as diversas escolas, que propõe premiações ínfimas, ínfimas, simbólicas, R$ 200 ou R$ 100 para que o trabalhador que na EJA à noite, Marta e Eliete, possam continuar seus estudos.

O que são R$ 100 por mês para um trabalhador da educação do EJA, que deve gastar mais do que isso de transporte para poder frequentar a escola noturna? É um absurdo, e nós sabemos disso. O projeto que deveria estar sendo discutido aqui,

para assegurar que os trabalhadores pudessem estar presente e ter acesso às políticas públicas é o projeto que nós apresentamos aqui e que já foi arquivado nesta Casa, que já foi votado contra, que é o Projeto da Tarifa Zero. Por quê?

Eu garanto e você garante que, ao subsidiar o transporte coletivo — que eu também reconheço que não é uma responsabilidade só da Prefeitura, é uma responsabilidade do governo do estado, é uma responsabilidade do governo federal —, a Prefeitura precisa compreender que se ela tem respeito pelo seu cidadão, se ela governa esse território, ela que tem que apresentar a proposta, ir para cima do governo federal e ir para cima do governo estadual para garantir esse transporte digno e justo para o nosso povo, e não ficar subsidiando o transporte de forma a que esses donos de empresas de transporte coletivos continuem a se locupletar com o dinheiro público, sem dar nenhuma contrapartida aos trabalhadores, sem dar nenhuma contrapartida à melhoria dos serviços de transporte. Isso que é um absurdo!

Uma outra parte do programa propõe dar mais R$ 200 de incentivo de bolsa apenas para os alunos do 9º ano, para que esses alunos possam se preparar para disputarem vagas nos institutos federais ou nas escolas de nível superior, nas escolas de qualificação profissional. Nós consideramos também um absurdo, um absurdo! Por quê? Porque a Prefeitura precisa melhorar é a base da educação.

Nós precisamos alfabetizar as nossas crianças já no 2º ano do seu estudo, e não ficar inventando processos de mitigação, de compensação, que não é reparação, que apenas continua a aprofundar e transferir dinheiro do recurso público para as escolas privadas, a exemplo do Pé na Escola.

Portanto, votar contra esse projeto é estar a favor do servidor, é reconhecer a sua dignidade, é exigir respeito, é exigir que a Prefeitura retire esse projeto, que leve de volta para a mesa de negociação, que converse com os trabalhadores, que ouça esta cidade, porque, de certa forma, nós só vamos construir uma cidade mais digna, um serviço público de qualidade, se esses servidores forem respeitados. Eles não estão sendo respeitados e, se eles não estão sendo respeitados, não há outra palavra para descrever o que está acontecendo, senão autoritarismo e falta de respeito.

Muito obrigado. Estamos juntos, servidores! Somos todos servidores públicos, inclusive todos os vereadores que estão aqui, porque foram eleitos para prestar serviço ao nosso povo.

Muito obrigado.

(*Aplausos na Galeria.*)

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Hamilton.

Vereadora... Não, vereadora, não, desculpe. É porque é a Semana das Mulheres. Semana, mês, ano, para mim é tudo das mulheres.

Vereador Sílvio Humberto.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Muito pelo contrário, me sinto dignificado de ser identificado como parte desse movimento em defesa das mulheres.

Presidente, antes de começar, eu queria, em um minuto, cumprimentar aqui minhas companheiras do PSB de Porto Seguro, que estão aqui nos visitando, estão ali na nossa galeria. Soiis Rabelo, presidente do PSB/Porto Seguro, que está aqui; cumprimentar Joana Souza, secretária-geral e secretária da pasta da Mulher, de Porto Seguro também; Nathalia Herrero — estou certo? —, diretora financeira e secretária da pasta LGBT, do PSB de Porto Seguro.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Sílvio, Sílvio, faça o favor, faça o convite a elas para que venham participar da sessão aqui na Mesa Diretora.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Por favor, vocês, todas vocês, adentrem aqui à nossa Casa, aqui ao Plenário Cosme de Farias. Desde já agradecendo, presidente, a sua gentileza. Elas estão chegando. Vou seguir aqui com a minha fala.

Então, vou retomar aqui este debate que, infelizmente, poderia ser um grande diálogo entre nós. Por favor, podem chegar. Então, esta presença.... vou aguardar. A gente diz que, quando as mulheres chegam, quando as mulheres se mexem, revolucionam, mudam as coisas, então mexem na estrutura toda. Eu que agradeço a presença de vocês. Ajude-me, Ricardo!

Então, Sr. presidente, retomando aqui este debate importante, que foi muito bem — de forma muito brilhante — trazido aqui pelos meus companheiros e companheiras da oposição, nós não somos a oposição à cidade, mas sim à forma como a cidade tem sido conduzida. Não nos surpreende a forma, mais uma vez, e parece — vou aqui chover no molhado — que nós não aprendemos nada com o ocorrido no ano passado, de triste memória.

A falta de diálogo levou a ações extremadas. E isso, o resultado, nós sabemos, a forma também que a Prefeitura, o prefeito, demitiu de forma sumária os três companheiros, Marcelo, Alemão e Bruno. Acho que faltou, mais uma vez, diálogo, a capacidade de convencer, que faz parte da política.

Eu falei aqui que, normalmente, você entra pela democracia, e, às vezes, quando senta no cargo, parece que a ideia de ser soberano parece uma mosca que, quando toca, pica ali, você tem atitudes que essa soberania questiona, essa visão que nós acreditamos, Sr. presidente, que é de construir coletivamente. Construir coletivamente, meu caro Alemão, que me ouve, dá trabalho. Não é o que você quer, não é o que o outro quer, mas é o que nós conseguimos construir coletivamente.

E nós estamos falando aqui da vida das pessoas, da vida dos servidores. Eu já falei que sou servidor há, pelo menos, 41 anos, foi meu primeiro emprego a Prefeitura. E quando nós decidimos aqui sobre o reajuste salarial, sem reconhecer o papel importante das entidades que representam os servidores, não as ouvir, não conversar, literalmente ignorá-las, isso diz muito o que entendo do que é democracia. Se entendo, se acredito, de fato, na democracia, o valor democrático faz parte dos meus princípios. No momento que está tudo bem, ser democrático é fácil; mas, nos momentos de crise, nos momentos em que você precisa dizer para que veio, é aí que você precisa, de fato, afirmar o que é ser democrático, é você ir com o outro, apresentar razões buscando convencer o outro.

Eu também aprendi ouvindo as lideranças africanas, um líder negro que eu já citei aqui, o ex-presidente que foi assassinado, o presidente do Burkina Faso, na época, Thomas

Sankara, ele sempre dizia: “O povo, você não vence; o povo, você convence. Quando você vence, você tem adversários; quando você convence, você tem aliados”.

Então, esse é o processo de convencimento, porque nós precisamos garantir com os servidores. Todos nós passamos, que temos cargos eletivos, mas os servidores ficam. Quem faz mover a máquina pública somos nós, os servidores públicos, sejam os de carreira ou os que vem, como naquele momento, ou seja como Reda, são esses servidores efetivos que movimentam a máquina, seja na área da Educação, seja na área da Saúde, seja na área da Assistência Social, seja na área da Reparação, da Infraestrutura. Não tem a Cidade do Salvador sem os servidores minimamente satisfeitos.

O que a Prefeitura fez, de forma inusitada e de forma ruim, foi justamente antecipar o aumento. Nem a discussão de “vou lhe dar isso aqui”. Aí a gente pergunta, por que o valor foi 4,25% ou 4,27%? Qual é a razão? Qual estudo que foi apresentado? Nenhum. Quem dá 4,27%, dá 5%, dá 6%, porque não tem uma razão plausível, nada que venha justificar esse aumento, a não ser a vontade do soberano. É isso que nós temos que questionar. Por que não sentar?

E aqui muito se fala do governo do estado, mas o governo do estado tem uma mesa de negociação e os servidores foram na mesa de negociação. Não foi tudo que nós gostaríamos, mas ali foi

tudo acordado e tem sido tudo acordado. E assim, isso só para ficar no reajuste. Mas quando eu penso no que está sendo proposto dentro do projeto, que é uma grande mistura, ao mesmo tempo você traz reajuste, aí você mistura com a tentativa de melhorar a qualidade do ensino via o que eles estão chamando de equidade.

Mas antes, Sr. presidente, tem algo que nós já falamos, que eu não consigo entender que matemática é essa. Matemática, não; que aritmética é essa, que em 2013 se votou aqui nesta Casa uma gratificação de muito dinheiro R$ 100 em 2013, R$ 100 como abono, e 12 anos depois, 12 anos depois, são os mesmos R$ 100. Que aritmética é essa? Que abono é esse? É melhor dizer assim: “eu não vou lhe dar nada”, porque R$100... Em 2013, qual era o nosso orçamento? R$ 6 bilhões e alguma coisa. Nós passamos agora para R$14 bilhões, quase R$14 bilhões e mais alguma coisa, e você continua dando um mísero abono de R$ 100 e coloca isso no projeto.

O que a pessoa vai fazer? Fazia lá atrás, com R$100. Hoje faz o que? Então por que está dando R$100?

No mínimo você poderia dizer que era R$ 200, porque não estava fazendo favor nenhum se você considerar apenas atualização monetária. Basta entrar aí, pedir ajuda à IA, da inteligência artificial, chega ali e dizer: quanto é que custa R$100 hoje aos preços de 2025/2026? Vai bater quase R$ 200. E a

Prefeitura... o que é R$ 200? Qual é o impacto de R$ 200 para o orçamento? Você saiu de R$ 6 bilhões em 2013, você passou para R$14 bilhões e a Prefeitura continua dando apenas R$100. Isso diz muito. Isso espelha, isso é um reflexo do tratamento dado ao servidor. Você literalmente não se importa.

Quanto era o salário do prefeito em 2013? Qual é o salário do prefeito agora? Vou concluir, Sr. presidente. E você continua dando míseros R$ 100 como abono. Ainda está dizendo que está achando que está fazendo grande coisa. Assim, nos poupe desse momento.

Para concluir, Sr. presidente, eu queria dizer mais uma coisa com relação ao que está aí sendo proposto de equidade. Como é que nós vamos alcançar uma educação pública de qualidade sem pensar isso de forma sistêmica? Esses alunos quando saem do Ensino Fundamental I e II vão para onde? O Ensino Médio? E não tem diálogo.

Então isso sobra para quem? Hamilton trouxe isso muito bem aqui. Sobra para os pretos, os pobres da periferia. São esses que vão ficar sem educação pública de qualidade.

Se nós queremos de fato interferir na educação de jovens e adultos, nós temos um problema sério que são jovens de 13 e 14 anos, que estão indo para a Educação de Jovens e Adultos à noite. Estão lá, ficando à noite, e isso está interferindo no ritmo do aprendizado.

Então, Sr. presidente, o que falta a essa Prefeitura, a essa visão soberana, é uma visão soberana que não reconhece o que é planejamento, confunde o que eu chamo o dia de hoje com o dia de amanhã. O dia seguinte ao de hoje, chama-se, meu caro Ricardo, quinta-feira, mas sobre o dia de amanhã a gente está falando de perspectiva e, infelizmente, pelo arriar das malas, mais esse projeto é um projeto que não dialoga com perspectiva para uma cidade mais justa e mais humana.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RICARDOO ALMEIDA (DC)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Presidente, Questão de Ordem. Solicito a prorrogação da sessão pelo tempo de até uma hora, presidente.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Por 15 minutos, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 11 DE MARÇO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Prorrogada por 15 minutos.

Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o substitutivo ao Projeto de Lei nº 27/2026 permaneçam como estão. Aprovado, com os votos contrários dos vereadores de oposição. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final.

Há inscrito aqui ainda? Há ainda inscritos, para Registro, o vereador Paulo Magalhães Júnior e a vereadora Isabela Sousa. Paulo Magalhães Júnior irá falar? Não? A vereadora também não irá falar?

Então, não havendo mais nada a ser discutido, no momento, declaro encerrada a sessão, convocando a próxima para dia e horário regimental.